

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 40 - Cruz das Almas (BA) - 20 de Maio de 2016 - www.apur.org.br

NA UFRB A LUTA CONTINUA



PLENÁRIA UNIFICADA DO CAHL DISCUTE O GOVERNO TEMER E A UNIVERSIDADE



Na tarde de ontem (19), ocorreu uma plenária unificada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). A atividade, na verdade, foi uma continuação das discussões que foram iniciadas na primeira plenária ocorrida no último dia 10 de maio. Os presentes discutiram a atual situação política do país, que se agravou com a consumação do golpe, já que o país está sob o comando de Michel Temer, após o afastamento de Dilma Rousseff. Além disso, as falas ponderaram de que forma essa situação afeta a universidade.

O presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), professor Antonio Eduardo Oliveira, colocou que o governo Temer já mostrou a proposta do golpe já na sexta-feira em que tomou posse como presidente interino, nomeando um ministério que exclui as mulheres e os negros, por exemplo.

Antonio Eduardo ainda falou sobre a extinção do Ministério da Cultura: “Acabaram com o Ministério da Cultura, que é algo extremamente grave, inclusive para uma universidade como a nossa que tem curso de artes visuais, cinema e museologia. Então é importante que toda a comunidade do CAHL, que é um centro de cultura e arte, se mobilizar contra o golpe”, completou o professor.

Somado a isso, a universidade ainda tomou outro golpe, a notícia da suspensão de qualquer bolsa de qualificação e de permanência na universidade pública. O que significa que não haverá a concessão de novas bolsas. Confirmando mais ainda a necessidade da comunidade acadêmica se unir contra todos esses ataques à educação.

Após a plenária, os presentes saíram às ruas de Cachoeira em luto pela democracia





TERCEIRIZADOS DA UFRB PARALISAM ATIVIDADES E REIVINDICAM PAGAMENTO DE SALÁRIOS ATRASADOS

Na manhã dessa quinta-feira (19), os trabalhadores/as terceirizados/as da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Campus de Cruz das Almas, decidiram paralisar suas atividades e fechar o prédio da reitoria, impedindo que furassem a manifestação. O objetivo principal da paralisação é pressionar a universidade para entrar em contato com a Lochron, empresa responsável pelos serviços terceirizados, para que ela efetue os pagamentos de salários estão atrasados.

Conseguimos falar com dois trabalhadores que, temendo represálias, optaram por não se identificar. O primeiro explicou que eles deliberaram pela paralisação porque estão com o salário atrasado. “O salário vence no quinto dia útil do mês, e já estamos no dia 19, e sem salário, só que, somado a essa pauta, nós temos os colegas da limpeza que já mudaram de empresa, mas que ainda não receberam a rescisão de seus contratos, de seus direitos trabalhistas já faz dois meses, nem baixa na carteira foi dada”, explicou o trabalhador terceirizado.

O segundo trabalhador nos contou que quando a empresa fez o contrato com a universidade, ela teria dito que tinha fundos para sustentar até três faturas, caso a universidade atrasasse, eles cobririam, mas não é isso que está acontecendo. “Estamos passando dificuldades. Alguns moram de aluguel, temos nossos compromissos, tudo vencendo, e pagamos tudo com juros. Mas quando vamos receber o salário, não recebemos com juros, não tem um aumento. E eles não têm uma previsão de quando vão pagar”, desabafou ele.

Ainda conforme o segundo trabalhador terceirizado, a empresa mandou um representante

que não soube explicar nada à categoria, deixando todos sem saberem o que fazer, por isso resolução de paralisar. “A gente não quer prejudicar ninguém. A gente está fazendo por um direito nosso, pois temos esse direito. O momento é esse, estamos nos unindo para poder resolver o nosso problema”, completou o trabalhador.

Além desses problemas de ordem mais financeira, os/as trabalhadores/as terceirizados/as estão com medo das incertezas que pairam no ambiente. “Sabemos que essa empresa Lochron vai ter o contrato encerrado dia 29 de agosto. Ora! Se a empresa não está tendo condições de pagar os salários agora, como é que ela vai pagar os direitos trabalhistas de todos os trabalhadores em agosto?”, complementou o trabalhador.

Segundo o diretor executivo do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública do Estado da Bahia (Sindilimp) Recôncavo, Manoel Neres, a reitoria da UFRB chamou os manifestantes para um diálogo, e prometeu realizar os pagamentos diretos na conta dos trabalhadores até a próxima segunda-feira (23). “A decisão foi manter a mobilização. Um grupo vai trabalhar na forma de rodízio, vai trabalhar com carga horária reduzida, e outro grupo, manutenção e RU, só volta a trabalhar na segunda-feira. Caso os valores não sejam depositados até o final do horário bancário, os trabalhadores voltarão a paralisar as atividades na terça-feira”, complementou Manoel.

Além do Campus de Cruz das Almas, também houve paralisação de atividades no Centro de Formação de Professores (CFP), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL).





Santo Antônio de Jesus-BA, 13 de maio 2016

Ofício 030-05/2016

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO

Prezados (os) Senhores (as),

O SIND TRAB LIMPEZA PUBLICA URBANA, COMERCIAL, INDUSTRIAL, HOSPITALAR, ASSEIO, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS RECONCAVO – SINDILIMP RECONCAVO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem informar que a empresa LOCRHON Locação de Recursos Humanos Consultoria de Serviços Ltda., não vem cumprindo suas obrigações contratuais como: pagamento dos salários, vale transportes e vale alimentação, do mês de **abril/2016**, que teve o vencimento no **quinto dia útil do mês corrente**, estamos notificando esta reitoria sobre o ocorrido e informando que na data de **16/05/2016(segunda feira)**, estaremos em contato com os colaboradores, caso não haja a regularização das pendencias este sindicato estará parando as atividades junto com os trabalhadores até que a empresa cumpra com suas obrigações contratuais.

Uma vez que este sindicato não obteve informação da empresa sobre a situação do não cumprimento das obrigações contratuais como pagamentos de salários e benefícios.

Atenciosamente,

EDNALVA VIANA RODRIGUES
Coordenadora
SINDILIMP INTERMUNICIPAL/RECONCAVO
71- 8809-7159 / 75- 8875-2206

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA DO RECÔNCAVO DA BAHIA DISCUTE A ESCOLA SEM PARTIDO



Na última quarta-feira (18), O Laboratório de Ensino de História do Recôncavo da Bahia (LEHRB) promoveu um debate sobre o Projeto de Lei 867/15, conhecido como “Programa Escola Sem Partido”. Segundo os organizadores do debate, “se aprovada, essa norma promete exercer um controle sobre o trabalho de docentes e autores de livros didáticos no sentido de reprimir o que chama de doutrinação ideológica na escola.

Por outro lado, entidades representativas dos docentes e movimentos sociais têm apontado que a proposição fere a autonomia do professor e prejudica o ensino.”. A mesa foi composta pelos Professores Sérgio Guerra Filho, docente do Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, Antônio Eduardo Oliveira, docente do Mestrado em Ciências Sociais da UFRB, e Fábio Pereira, Diretor da Escola Estadual Padre Alexandre de Gusmão

REUNIÃO DO SETOR RELEVA O CRESCIMENTO DA LUTA CONTRA O GOLPE NA CATEGORIA E A FORTE CRÍTICA À POSIÇÃO DE SUPOSTA NEUTRALIDADE DA DIRETORIA DO ANDES NAS BASES

Antonio Eduardo Alves de Oliveira
Presidente APUR

Realizou-se em Brasília, nos dias 14 e 15 de maio, a reunião nacional do Setor das federais do ANDES. Essa atividade foi marcante, pois foi a primeira realizada após o golpe político que afastou a presidente eleita Dilma Rousseff no processo de impeachment. O eixo da reunião foi, evidentemente, a discussão sobre a conjuntura política e a necessidade da Luta contra o governo Temer que, na véspera do encontro, na sexta-feira (13), no anúncio dos ministérios (formados por corruptos, capitalistas e sem nenhuma representação das mulheres e dos negros), já anunciava, para quem duvidava, o objetivo real do golpe, que o eixo do governo golpista é atacar ainda mais duramente os trabalhadores e o povo.

Em linhas gerais, o encontro evidenciou a crise da política de capitulação do ANDES aos golpistas e o crescimento da indignação da base com a política pró- direita e, por tanto, de traição política da CSP/PSTU, que o sindicato nacional está vergonhosamente atrelado.

As críticas mais duras e as propostas mais contundentes contra a política da diretoria do ANDES vieram justamente da assembleia de base da seção sindical do próprio presidente do ANDES. Assim, os docentes da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC (ANDESUFSC), reunidos em assembleia dia 11 de maio, aprovaram propostas de total repúdio a essa política, que foi apresentada de maneira constrangida pelo representante dessa secção (apesar, diga-se passagem, corretamente votou em acordo com o mandato da assembleia e não pelas suas próprias posições políticas).

Foi apresentada pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC (ANDESUFSC) a seguinte proposta para o setor : “Em relação à posição veiculada insistentemente pela CSP-Conlutas de defesa do “Fora todos Eles”, que se confronta com a deliberação congressual do ANDES_SN e que foi colocada como central e secundada pela direção do ANDES-SN, o setor das IFE indica à Direção Nacional que esta manifeste o desacordo à SEN e à coordenação.”

Depois de um intenso debate, com a tentativa da diretoria do ANDES em afirmar que a CSP não defende o “Fora Todos”, mas o “Basta todos”, e que democraticamente nos atos da central como 1º de abril e 1º de maio, militantes políticos levam bandeiras pelo “Fora todos” e “Fora Dilma”. Essa verdadeira conversa para boi dormir, não teve muita sustentação, uma vez que foi mostrado pelos delegados vídeos, imagens e documentos da CSP defendendo o “Fora Todos”, inclusive do uso da imagem do ANDES pelo PSTU de maneira manipuladora em vídeo em seu site no ato do 1º de maio pelo “Fora Dilma” e “Fora Todos”.

Finalmente a votação da proposta mostrou a divisão do sindicato nacional , foram 11 votos a favor da resolução proposta e 12 contrários, ou seja, a diferença de apenas um voto.

A situação política no Brasil tem deixado a esquerda pequeno-burguesa que dirige o sindicato nacional por mais de uma década claramente desorientada. Enquanto tem crescido a mobilização popular, em particular nas universidades com a formação de mais de 80 comitês nas instituições de ensino superior, alguns grupos ultraesquerdistas têm defendido francamente o golpe, outros disfarçadamente. Agrupamentos que inclusive estão na “nova” chapa “combativa” da diretoria nacional do ANDES defendem o “Fora Dilma” e “Fora Todos!”.

Em relação ao posicionamento sobre a crise política, o golpe em curso e a política diante do governo Temer, a diretoria argumentava que o setor não podia deliberar nada, mas apenas discutir os cenários e esperar o CONAD marcado para fim de junho.

A esse respeito, o setor aprovou uma importante iniciativa, a convocação de assembleias de bases para discutir a conjuntura e luta contra o PL 257 e a realização de um encontro do setor federais, convocando outros setores do ANDES (estatal) para participar no dia 3, 4 ou 5 de junho.



Em relação o fato que nessa conjuntura o ANDES não tem resolução nenhuma, a diretoria procura se esquivar e colocar a culpa nas bases. A diretoria do evitou explicitamente o debate sobre a crise política nas instâncias formais do sindicato nacional e agora, depois de desarmar a categoria para enfrentar a dura conjuntura política, de maneira cínica, coloca a culpa nas “bases” afirmando que o ANDES não tem posição e, portanto, a diretoria não poderia fazer nada.

Diversas críticas foram apresentadas por várias seções sindicais (não vou citar nenhuma delas, mas são posições públicas basta ver nas entidades de base) já no ponto de informes, já mostrando que a posição da diretoria do ANDES de capitulação diante do golpe não tem sustentação alguma na base da categoria. O discurso predominante pela diretoria e as seções sindicais controlados pelo grupo majoritário era mais uma vez afirmar que o Congresso tinha rejeitado a luta contra o impeachment por ampla maioria, e que a proposta de colocar como eixo a luta em defesa democracia, apresentada pela APUR, era ultraminoritária tendo apenas um punhado de votos.

Entretanto, a reunião do setor demonstrou que existe um evidente crescimento da luta contra o golpe na categoria, e que a política da diretoria não tem sustentação, assim foi apresentada (não aprovada) a proposta apresentada pela diretoria da APES-JF: “crítica à Direção do ANDES-SN por não ter convocado um CONAD extraordinário para definir a posição do ANDES-SN frente à crise política”

É importante ressaltar que no ano passado foi convocado um CONAD extraordinário apenas para satisfazer os interesses mesquinhos da CSP, não havendo nenhuma pauta significativa, e este ano, apesar da necessidade evidente da convocação de um CONAD para discutir o colossal erro político e estratégico do congresso do ANDES, nada foi feito.

Esse erro não foi um erro banal e nem por acaso, o grupo hegemônico que controla o sindicato nacional realiza as famosas instâncias de decisão do sindicato apenas como uma mera formalidade. O congresso do ANDES é uma farsa montada para de maneira proposital não fazer a discussão política dos temas relevantes. Na verdade, vamos ser claros, os congressos nacionais é uma grotesca manipulação da esquerda pequeno burguesa para construir uma falsa legitimidade para fazer o que bem entende na diretoria do ANDES. Talvez, a única instância realmente participativa e democrática é na estrutura do ANDES, a reunião dos Setores.

O último congresso foi uma encenação visando compor uma chapa com os golpistas declarados do PSTU, que de maneira covarde não tiveram a coragem de apresentar publicamente para os delegados do congresso o que todo mundo sabe, a sua política pró- direita de derrubada do governo Dilma. Isso por quê? Para não dificultar o acesso aos cargos e ao aparato do sindicato, pois sendo explícitos certamente contrariariam as bases do grupo que dirige o ANDES. Entretanto, não tiveram a vergonha de defender o acordo assinado pelo Proifes.

Mas existe vazio na política? O ANDES não tem lado? Evidentemente que não, no seu documento sobre a situação política publicado antes do impeachment, a diretoria do ANDES continua com a mesma cantilena que “o PT é de direita e que PT é igual ao PSDB”, que a disputa entre as forças políticas é “uma falsa polarização”. Insistem em dizer que não há golpe, contra todas as evidências (manipulação do judiciário, legislativo golpista e ditadura midiática) numa clara defesa dos golpistas da direita. Há ainda os que, diante do golpe em curso, O PSTU e seus aliados da esquerda pequeno-burguesa que defendem o “Fora Todos!”, junto com a direita golpista.

Por isso, a diretora do ANDES, no seu acordo de aparato com a CSP /PSTU, participa em atos pela derrubada do governo, alegando que foi convocado pelo Espaço Unidade da Ação, que não é instância do sindicato (veja a picaretagem da defesa das instâncias democráticas, quando é do interesse desrespeitam como se diz na Bahia “cara dura” ou no uso corrente na “cara-de-pau”). Nos dia 1º de abril e 1º de maio lá estava alegremente a diretoria do ANDES participando de atos que não reuniram ninguém e serviram apenas para o PSTU em sua cruzada pelo “Fora Todos”. Não é por acaso que a mídia golpista, a despeito da ninharia do ato, destacou: “Ato da Conlutas na Avenida Paulista pede ‘fora todos eles’ e novas eleições”, esse foi o título da matéria do G1 (portal da internet da Rede Globo).

No confronto entre o governo Dilma e os golpistas da direita reacionária, a diretoria do ANDES-SN resolveu, à revelia da sua base, adotar de maneira sorrateira a política golpista do PSTU/CSP de “construção do terceiro campo”, uma maneira tihosa de defender o golpe.

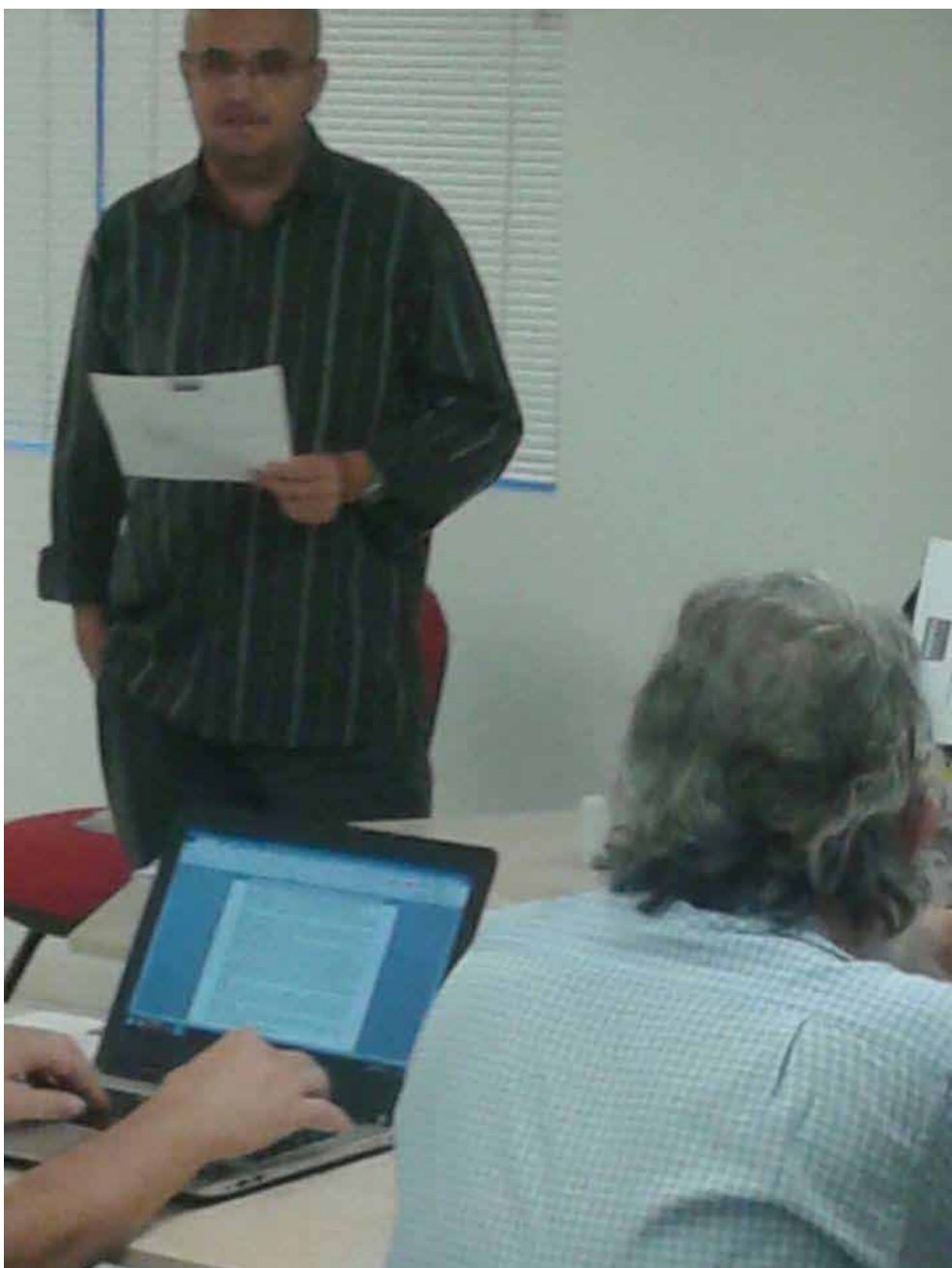
Voltando à reunião do setor, uma votação decisiva foi sobre a caracterização do impeachment como golpe, sobre a necessidade de luta contra o governo golpista e em defesa da democracia. Não vou reproduzir o teor dos debates, não seria conveniente, alguns alegavam o surrado argumento que não se podia votar nada, pois não havia resolução do congresso do ANDES, e outros apontavam argumentos de conteúdo, do tipo que se o ANDES não reconhecer o governo Temer, o sindicato não poderia negociar com o governo, entre outras pérolas.

Como acontecerá o esperado CONAD, vamos aguardar para fazer uma crítica minuciosa sobre a base de documentos escritos no caderno de textos, para não ser acusado de “inventar” falas etc.

Mas no fundamental nos encaminhamentos sobre conjuntura foram apresentadas as seguintes resoluções :

- a) “Solicitar manifestação pública do Sindicato nacional, via setor das Federais, contra o ataque à democracia no país, duramente conquistada pela classe trabalhadora; solicitar que se manifeste também contrário ao golpe em curso;”
- b) “Que o setor retire posição de não reconhecimento do governo Temer, que ascendeu por golpe e seu governo se inicia apontando retrocessos;”
- c) “Que o ANDES-SN se posicione de forma mais clara sobre o risco que o golpe representa sobre as garantias fundamentais da constituição federal e de liberdades democráticas pelo estado de direito e contra o golpe.”

As três propostas foram votadas em conjunto e teve o total de 8 votos contra 13 votos pela sua rejeição. A tarefa colocada pelo movimento docente é continuar a luta contra o golpe nas universidades, e ao mesmo tempo intensificar a pressão para que o ANDES rompa com a política capituladora da diretoria da entidade e sobretudo com a política golpista pró-direita da CSP/PSTU. Vamos construir um amplo movimento nas assembleias de base e no próprio CONAD para que o ANDES seja resgatado como um sindicato de luta, que não se calará diante do golpe da direita.



CHAPA “UNIDADE NA LUTA” É ELEITA COM 90,66% DOS VOTOS PARA DIRETORIA DO ANDES-SN



A chapa “Unidade Na Luta” foi eleita para estar à frente da diretoria do ANDES-SN durante o biênio 2016-2018 com 90,66 % dos votos. Do total de 9807 de votantes, 8891 votaram na chapa única; 623, em branco (6,35%); e 293, nulos (2,99%). A votação foi realizada nos dias 10 e 11 de maio em todo do território nacional, nos diversos campi das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior, bem como nos Instituto Federais onde há docentes sindicalizados ao ANDES-SN.

A presidente eleita, Eblin Joseph Farage, da Universidade Federal Fluminense (UFF) assume o cargo pela primeira vez. Para o cargo de secretário-geral, foi eleito Alexandre Galvão Carvalho, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), que atualmente ocupa o cargo de 3º Secretário do Sindicato Nacional. Amauri Fragoso de Medeiros da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi reeleito 1º tesoureiro do Sindicato Nacional. A nominata completa com os nomes que integram a nova diretoria foi divulgada por meio da Circular 002/CEC/2016.

Segundo Sônia Meire, presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), há um período de 24h após a divulgação preliminar do resultado para que os docentes entrem com recursos. Após esse período, a CEC divulgará os resultados finais oficiais e promulgará a chapa eleita.

“Durante esse processo eleitoral houve aumento no número de sindicalizados e aumento também na participação dos docentes em relação à eleição passado. Vivemos uma conjuntura complexa, e, mesmo assim, tivemos participação importante. Isso demonstra a disposição da categoria em intensificar o enraizamento do ANDES-SN na base”, afirma Sônia Meire, presidente da CEC.

A diretoria que estará à frente do Sindicato Nacional durante os próximos dois anos será empossada durante o 61º Conad do ANDES-SN, que acontecerá em Boa Vista (RR), entre os dias 30 de junho e 3 de julho.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8131>

SETOR DAS IFES INTENSIFICA LUTA CONTRA PLP 257 E CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do ANDES-SN se reuniu nos dias 14 e 15 de maio em Brasília (DF) e deliberou por intensificar a luta contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Contrarreforma da Previdência. O setor definiu também o dia 16 de junho, data de abertura do II Encontro Nacional de Educação (ENE), como Dia Nacional De Luta Em Defesa Da Educação Pública, Gratuita, Socialmente Referenciada, Classista e Democrática, decidiu pela incorporação na agenda de ações do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), e divulgou nota sobre a conjuntura nacional, entre outros encaminhamentos.

André Guimarães, 1º vice-presidente da Regional Norte II do ANDES-SN e um dos coordenadores do Setor das Ifes, explica que a reunião do Setor foi positiva, com a realização de um proveitoso debate político e atualização da conjuntura, encaminhamentos e atualização do Plano de Lutas do Setor das Ifes para o 61º Conad, que ocorre entre os dias 30 de junho e 3 de julho em Boa Vista (RR). “O peso das discussões foi em torno do enfrentamento ao aprofundamento dos ataques em curso, principalmente, em torno do PLP 257/16 e do anúncio de mais uma etapa da contrarreforma da previdência, por parte agora deste governo interino. Neste sentido, na análise da conjuntura, foi apontada a necessidade de manter a perspectiva de articulação com o conjunto dos servidores públicos federais, mas também articulando com os servidores dos estados e municípios, tendo em vista que tanto o PLP quanto a contrarreforma atingem o conjunto dos trabalhadores”, disse.



Articulação dos SPF

Na reunião do Setor das Ifes foi apontada também a necessidade de intensificar a participação dos docentes federais nas ações de luta do Fonasefe na construção de um dia nacional de lutas dos servidores públicos contra o PLP 257 e a Contrarreforma da Previdência, de preferência no dia 16 de junho, data da abertura do II ENE e Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública. “Temos que nos articular com o conjunto dos servidores para barrar essas medidas e construir junto ao Fonasefe, centrais sindicais, espaços de articulação com os servidores estaduais e municipais, um dia nacional de lutas contra o PLP 257 e os ataques a Previdência, de preferência no dia 16 de junho”, afirma. Tanto o Setor das Ifes quanto os SPF deliberaram também pela participação no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que acontecerá em Brasília (DF), no dia 31 de maio, às 9h, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

Para o docente, somente a construção de uma alternativa classista em unidade com outras categorias de trabalhadores, poderá frear os ataques em curso e atuar na ampliação dos direitos. “Esse ataques só confirmam o que o ANDES-SN já vêm defendendo, de que é preciso uma ampla articulação classista, que tenha como foco central a defesa dos interesses dos trabalhadores, independente de governo. Para além do PLP e da contrarreforma, temos ainda os ataques diretos à educação pública com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que acaba com a gratuidade em cursos de especialização e extensão, avançando a privatização da educação pública. Neste sentido, as ações, sejam elas em torno do II ENE ou no conjunto dos SPF, são fundamentais para a defesa da Educação Pública e dos direitos dos servidores públicos e demais trabalhadores”, concluiu.

Nota sobre conjuntura nacional e manifesto ao PLP 257

Os docentes presentes na reunião do Setor das Federais divulgaram uma nota que analisou a conjuntura nacional em que se salienta a formação e composição do governo Temer, de caráter provisório, e envolve setores mais conservadores à frente dos ministérios cujos interesses de banqueiros, latifundiários e empresários estão representados nas medidas que serão adotadas no próximo período e que prejudicam ainda mais a classe trabalhadora.

Diante desta conjuntura, o setor propõe ao conjunto dos servidores públicos a realização de um Dia Nacional de Luta contra o PLP 257/2016, que desmonta os serviços públicos e direitos da classe trabalhadora, tendo como referência o dia 16 de junho, data em que terá início o II Encontro Nacional de Educação. Conclama ainda o conjunto dos trabalhadores da educação e estudantes para fortalecimento do II ENE, que será realizado entre os dias 16 e 18 de junho em Brasília, cuja abertura será com uma grande marcha que marcará o Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública, gratuita, socialmente referenciada, classista e democrática. Além do envio de caravanas à Brasília, o Setor aponta a realização de mobilizações e paralisações nas Instituições Federais em articulação com as Estaduais e Municipais, considerando os ataques em curso à educação, especialmente os decorrentes do PLP 257/2016 e a contrarreforma da previdência.

Já no manifesto do Fórum dos Servidores Federais contra o PLP 257/16, ao qual o Setor das Ifes recomenda às Seções Sindicais dar ampla divulgação, é evidenciado os principais riscos que o projeto representa, caso seja aprovado. O PLP prevê, entre outras medidas, a suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações), a destruição da previdência social e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores. Além disso, congela o salário-mínimo. O PLP faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo de Dilma Rousseff, no final de 2014. “Se valendo de uma desculpa fiscal, o governo lançou, amarrado a este PLP, uma série de medidas que correspondem a uma contrarreforma de Estado. Mas o que o projeto propõe vai em direção contrária a direitos conquistados pela sociedade e a deveres do Estado”, afirma o manifesto.

Confira a Agenda de Mobilizações

- 16 e 17 de maio: Pressão sobre os parlamentares nos Estados, entregando documento “Carta aos parlamentares NÃO AO PLP 257/2016!” e distribuindo o Manifesto a população NÃO AO PLP 257/2016!
- Semana de 17 a 19 de maio: Reunião no Congresso Nacional com lideranças dos Partidos e liderança do governo contra PLP 257/2016 e audiência com o relator do PLP 257/2016. Local: Brasília (DF).
- Semana de 17 a 19 de maio: Solicitação de Audiência Pública na Câmara dos deputados sobre o PLP 257/2016. Local: Brasília (DF).
- 27 a 29 de maio: Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas. Local: São Paulo.
- 31 de maio: Lançamento da Frente Parlamentar mista em defesa da Previdência Social, às 9h, Senado Federal. Local: Brasília (DF).
- Semana de 3 a 5 de junho: Reunião do Setor das Federais com recomendação à Diretoria que analise a possibilidade de convocar as seções sindicais dos demais setores para uma plenária conjunta a fim de analisar a conjuntura e organizar as lutas do período.
- 4 e 5 de junho: 2º Encontro do Curso de Formação Político-Sindical do ANDES-SN. Local: Porto Alegre (RS).
- 16 de junho: Dia Nacional de luta em defesa da Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada.
- 16 a 18 de junho: II Encontro Nacional de Educação na Universidade de Brasília (UNB). Local: Brasília (DF).

FRENTE PARLAMENTAR CONTRA ATAQUES NO CONGRESSO



A CUT, outras centrais, movimentos sociais e mais de 200 deputados e senadores protagonizaram a criação de um importante instrumento para combater o retrocesso nos direitos dos trabalhadores no Congresso Nacional: a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, instalada na manhã desta quarta-feira (18).

Numa concorrida sessão da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que lotou três salas do Senado, a secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, afirmou que a Frente Parlamentar terá “papel fundamental neste momento de risco à classe trabalhadora”, já que os ataques estão travestidos em quase uma centena projetos de lei e outras propostas em tramitação no Congresso Nacional.

O presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, louvou a criação da Frente, mas alertou para a necessidade do trabalho do grupo misto ser associado às ações nas ruas do movimento sindical e social. “A maior vítima desse golpe de Estado (promovido no Congresso para afastamento da presidente Dilma) é a classe trabalhadora. Esse golpe só foi praticado para retirar direitos. Só com a classe trabalhadora organizada e fazendo greves que vamos garantir nossos direitos”, disse.

Desta forma, o presidente da CUT chamou a classe trabalhadora para “cruzar os braços”, colocando como meta a “construção de uma greve geral” em repúdio à agenda de retrocessos que o governo interino golpista Temer vem trabalhando para implementar.

A Frente Parlamentar visa ampliar e fortalecer o diálogo social entre os parlamentares e a população. Além de trabalhar contrária a projetos que ataquem os direitos, o grupo pode apresentar proposições para, ao contrário, avançar nas conquistas, explicou Graça Costa, responsável pela apresentação da Frente.

De acordo com o assessor do Departamento Intersindical de Assuntos Parlamentares (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, a Frente é ferramenta essencial durante o governo interino e ilegítimo de Temer, que “reuniu em torno de si tudo que havia de conservador e mais atrasado no Congresso Nacional”.

Para Toninho, “Michel Temer não fugirá de pautas impopulares”. “Ele próprio foi relator da Previdência no governo Fernando Henrique, quando retirou vários direitos. Ainda na era Fernando Henrique, um dos seus principais assessores, Moreira Franco, foi relator da Reforma Administrativa. Como vice-presidente da República, foi Temer que coordenou junto ao Congresso a aprovação das MPs 664 e 665, que retiraram vários direitos dos trabalhadores como as mudanças no critério do seguro desemprego, do seguro defeso e outras questões”, lembra.

O assessor parlamentar do Diap ainda afirma que Michel Temer e demais conservadores têm pressa em aprovar projetos que afetam direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e etc, em tramitação no Congresso. “O elenco é grande e, curiosamente, os autores de todos esses projetos fazem parte da base do governo interino Michel Temer”, diz Toninho.

Como uma das principais ameaças diretas ao trabalhador, ele destaca o PLC 30 (PL 4330 na Câmara), que permite a subcontratação ilimitada e “precariza as relações de trabalho de todos os trabalhadores, inclusive os que não são terceirizados”. “Esse projeto permite a terceirização, quarteirização e pejetização, ou seja, ao invés de se contratar um trabalhador, se contrata um serviço que será prestado por um trabalhador que não terá mais férias, 13º salário e outros benefícios sociais”. Outra famigerada proposta é a que trata da prevalência do negociado sobre o legislado. Em outras palavras, significa dizer que a lei só vale se acordo ou convenção não dispuser em sentido inverso. “A gente sabe que, quando o empregador quer, ele força os trabalhadores sob ameaça a pressionarem o sindicato a conceder direitos para preservar o emprego, em detrimento de eventuais ganhos”, alerta Toninho.

“Em meus 30 anos de vida legislativa nunca vi um momento tão sombrio para a classe trabalhadora quanto o atual”, disse o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos, que conduziu os trabalhos. Mais de 20 parlamentares concorreram à fala durante o lançamento da Frente. Nos pronunciamentos, a repetição da análise de que a classe trabalhadora passa por um momento crítico, gerado pelo golpe articulado por Michel Temer e apoiadores da direita no Congresso, no Judiciário, na Polícia e na mídia.



**DIA 25 DE MAIO
ÀS 10h**

LOCAL: CECULT

O SERVIDOR PÚBLICO E O FUNPRESP: DESAFIOS DE UM NOVO TEMPO

PALESTRANTE: TARCÍSIO CORDEIRO

Promoção:



AULA PÚBLICA III: A CRISE DA DITADURA MILITAR NOS ANOS 70/80 E AS MOBILIZAÇÕES OPERÁRIAS E POPULARES

- A transição e crise da ditadura: De Geisel a Figueiredo
- Quando novos personagens entram em cena: Movimentos sociais, a greve do ABC, a criação da CUT e do PT
- A Nova República e a constituição 1988



Disciplina: Política Brasileira
Professor: Antonio Eduardo Alves Oliveira
Dia: Terça-feira (24), às 13:30
Local: Sala 2 CAHL - UFRB